

Integralidade sem fronteiras: itinerários de justiça, formativos e de gestão na busca por cuidado

Roseni Pinheiro, Rodrigo Silveira e Juliana Lôfego

Quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens.

A pluralidade é a lei da Terra.

Hannah Arendt

Com o tema “Integralidade sem fronteiras: itinerários de justiça, formativos e de gestão na busca por cuidado”, o grupo de Pesquisa do CNPq LAPPIS logra mais uma etapa da versão itinerante do Seminário Nacional do Projeto Integralidade: saberes e práticas no cotidiano das instituições de saúde, realizado em agosto de 2012 na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, no eixo da Amazônia Ocidental. Trata-se de uma busca inexaurível, de seus integrantes, por divulgar e disseminar a produção do conhecimento do grupo no território brasileiro, visando a promover diálogos acerca dos desafios e possibilidades de uma fusão de horizontes ético-político-formativos capazes de reafirmar o imperativo categórico do cuidado como valor do direito humano à saúde: o respeito à pluralidade.

Entendemos a pluralidade como nexos axiológico daquilo que consideramos o cerne da condição humana: o político como ação – que, no caso da saúde, significaria garantir a integralidade do cuidado como um bem comum. Assumir este posicionamento epistemológico configura a inclusão de diferentes perspectivas que nos ajudam não somente a definir nossas questões de pesquisa, extensão/intervenção e ensino, mas pensar e agir coletivamente na formulação de suas respostas. Nada mais auspicioso que discutir essa temática justamente na região amazônica, onde a diversidade sócio-político-cultural requer o reconhecimento de nossa responsabilidade com o futuro da vida humana.

Nessa proposição, pareceu-nos evidente que a questão do direito ocupa posição central no debate sobre as fronteiras do conhecimento para estudos sobre a integralidade em saúde. Iniciamos nossa coletânea com dois textos que defendemos como seminais. O primeiro, intitulado “A dádiva como mediação no cuidado em saúde: implicações para o direito”, em que o professor Paulo Henrique Martins nos presenteia com um texto que busca realçar a importância da mediação social para a organização dos modelos teóricos mais contemporâneos da análise social. Para esse autor, cujas ideias compartilhamos, os fatos e inovações contribuem para humanizar ou desumanizar os cuidados no sistema de saúde. Logo, a análise de contextos concretos se torna fundamental para verificar as condições práticas, objetivas e subjetivas da humanização do cuidado. E mais, as condições morais e estéticas ganham destaque na medida em que devem reger a política do cuidado e o direito do cuidado em situações sociais concretas. O segundo, um presente da professora Bethania Assy, traz um tema inovador, “Invisibilidade social, reconhecimento e direito à saúde”, cuja tese central é que a teoria do reconhecimento de

Honneth, aplicada à descrição de violação de dignidade humana, permite diagnosticar o impacto substancial da invisibilidade social na dignidade do sujeito e em sua possibilidade de autorrealização. Com isso, a autora propõe que “o reconhecimento universal do direito à saúde, ainda que inscrito na ordem dos direitos sociais, não deixa de operar como uma forma de ‘proteção social para a dignidade humana’, na medida em que imprime o valor social do cuidado à vida”. A originalidade e relevância dessas contribuições nos permitem repensar a universalidade do acesso ao cuidado nas fronteiras da Amazônia Legal, que ao incluir as políticas “transnacionais” nos ajuda a identificar os atributos necessários a efetivação do direito humano à saúde num ambiente intercultural, neste caso, a região amazônica ocidental.

Dividida em quatro partes, contendo ao todo 22 textos inéditos produzidos por pesquisadores, discentes, docentes do Grupo Lappis e convidados, esta coletânea busca com o todo “zelo e cuidado” apresentar ao leitor reflexões plurais sobre temas que nos parecem semeadores de objetos de ensino, pesquisa e intervenção cidadã na saúde.

A parte I, “Cuidado, direito e multiculturalidade: itinerários em busca de justiça e democratização na saúde”, apresenta contribuições genuínas de autores-pesquisadores do campo da Saúde Coletiva brasileira, como Felipe Dutra Asensi (ações coletiva e reivindicações por direitos), Felipe Rangel de Souza Machado, Francini Lube Guizardi e Alda Lacerda (proposições de investigação sobre a democratização e sociabilidades na saúde), Inesita Araujo (as fronteiras da comunicação com a saúde), e de *nuestros hermanos* portenhos da sociologia da saúde da Universidade de Buenos Aires (UBA) – Pablo Francisco Di Leo (justiça e cuidado em instituições de ensino), Liliana Findling, Marisa Ponce, María Paula Lehner e María Pía Venturiello (itinerários de mulheres que cuidam de suas famílias).

Intitulada “Humanização e educação permanente no SUS: itinerários formativos do agir ético-político no cuidado na saúde”, a segunda parte desta coletânea desenvolve discussões teóricas e práticas sobre a formação em diferentes níveis e contextos de intervenção social na produção do cuidado em instituições de saúde, de um lado, enfatizando aspectos culturais nos quais os autores Rodrigo Silveira, Roseni Pinheiro, Gilson Saippa-Oliveira e colaboradores, e Lia Carla De Ieso e colaboradores trabalham com originalidade e inovação; e de outro, a gestão do cuidado e a educação permanente são analisadas a partir de novos paradigmas desenvolvidos pelo professor Júlio S. Müller Neto.

Já na terceira parte, “As fronteiras do trabalho em equipe nas fronteiras: entre o geral e o específico na gestão do cuidado na saúde sob o eixo da integralidade”, o foco das análises dos autores reside, principalmente, nas discussões sobre as especificidades do trabalho em equipe, processos de formação e ação interdisciplinar na construção das políticas de cuidado – apresentadas por Ana Lucia C. Heckert, Maria Elizabeth B. de Barros, Barbara E. B. Cabral e Angela Nobre de Andrade. A produção de conhecimentos e práticas no cuidado à saúde da mulher é uma temática importante a ser destacada em cenários territoriais distintos, um em Belo Horizonte, com a experiência do hospital Sofia Feldeman, contada por Tatiana Coelho Lopes et al., e a prevenção de câncer de colo de útero na cidade de Buenos Aires, Argentina, fruto de pesquisa da professora Marisa Ponce, do Instituto Gino Germani da UBA.

Por fim, a quarta parte é dedicada ao tema das “Trajetórias, percursos e acessibilidade ao cuidado na saúde: as fronteiras epistemológicas, políticas e formativas na efetivação do Direito à saúde”, que coroamos com um conjunto de análises de experiências e reflexões teóricas, de um lado, na gestão do SUS e nas fronteiras, com os pesquisadores Leny Trad, Fátima Ticianel Schrader e Julio S. Müller Neto, Marcelo de Almeida Mayernyik et al. (com ênfase da educação permanente como prática avaliativa) e Thaís Sayuri Yamamoto et al.; e de outro, experiências de atenção nas áreas de saúde da mulher e saúde mental na Argentina, com os autores Ana Silvia Valero, Flavia

Torricelli, Silvia Adriana Faraone e María Paula Lehner. Para encerrar, problematizamos o tema do direito à comunicação e à informação na saúde como uma questão de cidadania na construção das políticas públicas, na discussão apresentada por Juliana Lofego e Roseni Pinheiro.

Estimamos que esta ágora de pensamentos e ações desenvolvidas por pesquisadores, docentes e discentes da rede multicêntrica de pesquisa LAPPIS e convidados de outras instituições de ensino, saúde e justiça nos permitirá garantir a vitalidade do tema em uma região – Amazônia Legal – que nos exige cada vez mais um esforço de refundação de um *ethos* cultural do cuidado.

Boa leitura!